

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL COMENTADO

(Arts. 1º a 393)

Fernando da Costa Tourinho Filho

15ª edição

1

100 ANOS
 Saraiva

ÍNDICE GERAL

Código de Processo Penal (Decreto-Lei n. 3.689, de 3-10-1941)

LIVRO I DO PROCESSO EM GERAL

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Arts. 1º a 3º	17
Imunidades diplomáticas	23
Imunidades internas	25
As prerrogativas constitucionais do Presidente da República e de outras autoridades	27
Qual a natureza da ação nos crimes de responsabilidade? ..	33
Justiça Militar	40
Tribunal Especial	44
Crimes de imprensa	44
Interpretação restritiva e extensiva	53
Interpretação progressiva	54

TÍTULO II DO INQUÉRITO POLICIAL

Arts. 4º a 23	56
Considerações. Finalidade	56
Inquéritos extrapoliciais	61
Inquéritos parlamentares	62

Código de Processo Penal comentado	8
Inquérito civil	63
Peça inicial do inquérito nos crimes de ação penal pública incondicionada.....	67
Portaria	67
Requisição do Juiz ou do Ministério Público.....	67
Requerimento do ofendido.....	68
Indeferimento da requisição judicial ou ministerial	69
Indeferimento do requerimento	69
A delação anônima	70
Inquérito nos crimes de ação pública condicionada à representação	74
Inquérito nos crimes de ação penal privada	76
Ouvida do ofendido	81
Ouvida do indiciado	82
Reconhecimento de pessoas e coisas	84
Reconhecimento fotográfico	84
Acareações	85
Exame de corpo de delito e quaisquer outras perícias	85
A identificação datiloscópica	86
Reconstituição do crime. Quando é necessária	93
Participação do réu	94
Juizado de Instrução	123
Juiz de Garantias	130
 TÍTULO III DA AÇÃO PENAL	
Arts. 24 a 62	139
Ação penal. Razão de ser. Conceito. Fundamento	139
Classificação da ação penal	144
Crimes contra a honra contra funcionário <i>propter officium</i>	161
Ação penal popular.....	164
Início da ação penal pública	165
Princípio da legalidade ou obrigatoriedade	166
Princípio da oficialidade.....	167
Princípio da indisponibilidade.....	167
Princípio da indivisibilidade.....	168

9	Índice geral
Princípio da intranscendência.....	170
Arquivamento de inquérito.....	178
O arquivamento no Ministério Público da União.....	182
Arquivamento nos casos de competência originária	183
Arquivamento indireto.....	188
Arquivamento implícito.....	189
Ação penal privada	193
Princípios	195
Divisão	196
Legitimidade.....	196
Conteúdo da denúncia ou queixa	218
Prazo para a oferta da denúncia.....	232
 TÍTULO IV DA AÇÃO CIVIL	
Arts. 63 a 68	255
Considerações	255
E quanto ao dano moral?.....	264
Execução da sentença penal no cível	273
 TÍTULO V DA COMPETÊNCIA	
Arts. 69 a 91	285
Considerações	285
Caracteres da jurisdição	288
Princípios que regem a jurisdição	289
a) Princípio da iniciativa das partes	289
b) Princípio da investidura	289
c) Princípio da indeclinabilidade	289
d) Princípio da indelegabilidade	290
e) Princípio da improrrogabilidade	291
f) Princípio do Juiz natural	291
g) Princípio da unidade da jurisdição	295
h) Princípio do <i>nulla poena sine judicio</i>	296
i) Princípio do duplo grau de jurisdição	296
j) Princípio da identidade física do Juiz	297
Divisão da jurisdição	299

Da competência	299
Delimitação do poder de julgar, em razão da matéria, no plano constitucional.....	300
Os crimes políticos	305
Bens da União, de suas autarquias ou empresas públicas....	306
Serviços da União, de suas entidades autárquicas ou empresas públicas.....	306
Interesse da União, de suas entidades autárquicas ou empresas públicas.....	307
Crimes previstos em tratados	308
Causas relativas a direitos humanos	308
Os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira	309
Os crimes cometidos a bordo de navios e aeronaves, ressaltada a competência da Justiça Militar.....	310
Crimes em que o indígena figure como autor ou vítima	312
Crimes ambientais	312
Delimitação do poder de julgar, no plano constitucional, em razão do lugar	316
Delimitação do poder de julgar em razão do lugar, no plano subconstitucional	318
Critérios para a determinação do lugar onde o processo penal deve tramitar	319
CAPÍTULO I – Da competência pelo lugar da infração – arts. 70 e 71	320
CAPÍTULO II – Da competência pelo domicílio ou residência do réu – arts. 72 e 73	327
CAPÍTULO III – Da competência pela natureza da infração – art. 74	330
CAPÍTULO IV – Da competência por distribuição – art. 75	336
CAPÍTULO V – Da competência por conexão ou continência – arts. 76 a 82	338
CAPÍTULO VI – Da competência por prevenção – art. 83	360
CAPÍTULO VII – Da competência pela prerrogativa de função – arts. 84 a 87	362
Competência originária	363

Tribunais que têm competência originária <i>ratione munieris</i> (em razão da função)	367
Pessoas que são processadas e julgadas pelos órgãos superiores do Poder Judiciário	367
Supremo Tribunal Federal	367
Superior Tribunal de Justiça	369
Superior Tribunal Militar	371
Tribunal Superior Eleitoral	372
Tribunais Regionais Eleitorais	372
Tribunais Regionais Federais	373
Tribunais de Justiça	376
Competência dos Tribunais de Justiça fixada pela Constituição Federal	376
Competência dos Tribunais de Justiça fixada pelas Leis Orgânicas dos Municípios	378
Competência dos Tribunais de Justiça fixada pelas Constituições Estaduais.....	380
Nosso entendimento quanto à competência originária <i>ratione personae vel munieris</i> dos Tribunais de Justiça.....	384
Crime praticado fora do Estado onde o beneficiário de foro privativo exerce suas atividades.....	385
Cessação da função	386
Ação de improbidade	391
O princípio da simetria	398
O foro pela prerrogativa de função e o instituto da conexão e continência.....	399
Local da consumação do crime	400
Exceção	400
CAPÍTULO VIII – Disposições especiais – arts. 88 a 91	410

TÍTULO VI DAS QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES

CAPÍTULO I – Das questões prejudiciais – arts. 92 a 94	419
Questões prejudiciais	419
Divisão	420
Sistemas	421
CAPÍTULO II – Das exceções – arts. 95 a 111	431

Exceção. Conceito. Palavra polissêmica	431
Arguição de suspeição	438
Ilegitimidade de parte	470
Coisa julgada	474
CAPÍTULO III – Das incompatibilidades e impedimentos – art. 112	487
CAPÍTULO IV – Do conflito de jurisdição – arts. 113 a 117	490
CAPÍTULO V – Da restituição das coisas apreendidas – arts. 118 a 124	504
Que coisas podem ser apreendidas?	505
Coisas que não podem ser apreendidas	505
Restituição feita pela Autoridade Policial	509
Restituição feita pelo Juiz criminal	511
Restituição de coisas facilmente deterioráveis	512
CAPÍTULO VI – Das medidas asseguratórias – arts. 125 a 144	515
Considerações	515
Sequestro	517
Hipoteca legal	525
Arresto	530
CAPÍTULO VII – Do incidente de falsidade – arts. 145 a 148	537
CAPÍTULO VIII – Da insanidade mental do acusado – arts. 149 a 154	543
Insanidade surgida no curso da execução. Providência.....	552

TÍTULO VII DA PROVA

CAPÍTULO I – Disposições gerais – arts. 155 a 157	553
Conceito	553
Fonte de prova	557
Meio de prova.....	557
Prova emprestada	558
Princípios	564
Espécies	564
Provas ilícitas	575
<i>Fruit of the poisonous tree.</i> Provas ilícitas por derivação....	595
CAPÍTULO II – Do exame do corpo de delito, e das perícias em geral – arts. 158 a 184	602

Pode o exame de corpo de delito ser suprido por indícios?	620
CAPÍTULO III – Do interrogatório do acusado – arts. 185 a 196	637
Interrogatório <i>on line</i> ou por videoconferência.....	645
CAPÍTULO IV – Da confissão – arts. 197 a 200	664
Que é confissão?	664
Qual o valor probatório da confissão?	664
Divisão	667
É possível a confissão ficta?	667
CAPÍTULO V – Do ofendido – art. 201	669
Direitos	675
CAPÍTULO VI – Das testemunhas – arts. 202 a 225	678
Classificação	679
Delação premiada.....	680
Caracteres	681
Depoimento de Policiais.....	688
CAPÍTULO VII – Do reconhecimento de pessoas e coisas – arts. 226 a 228	720
Reconhecimento	721
Reconhecimento fotográfico	721
Reconhecimento de pessoas	722
Reconhecimento pelo tom e modulação da voz	722
Procedimento	723
Reconhecimento de coisas	724
CAPÍTULO VIII – Da acareação – arts. 229 e 230	725
Qual o valor das acareações?.....	728
CAPÍTULO IX – Dos documentos – arts. 231 a 238	728
Considerações.....	728
CAPÍTULO X – Dos indícios – art. 239	735
Classificação dos indícios	736
CAPÍTULO XI – Da busca e da apreensão – arts. 240 a 250	741
Busca domiciliar.....	743
Condição de legitimidade. Fundadas razões	744
Busca pessoal	745

TÍTULO VIII DO JUIZ, DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DO ACUSADO E DEFENSOR, DOS ASSISTENTES E AUXILIARES DA JUSTIÇA

CAPÍTULO I – Do juiz – arts. 251 a 256	755
--	-----

CAPÍTULO II – Do Ministério Público – arts. 257 e 258	762
Garantias	765
Natureza das funções	766
Princípios	767
Funções	772
Poder de investigar	773
Ministério Público da União e dos Estados.....	780
CAPÍTULO III – Do acusado e seu defensor – arts. 259 a 267	783
Direitos do imputado	788
Do Defensor	790
Importância da defesa	791
Função do Defensor	791
CAPÍTULO IV – Dos assistentes – arts. 268 a 273.....	809
CAPÍTULO V – Dos funcionários da justiça – art. 274	820
CAPÍTULO VI – Dos peritos e intérpretes – arts. 275 a 281	822

TÍTULO IX**DA PRISÃO, DAS MEDIDAS CAUTELARES
E DA LIBERDADE PROVISÓRIA**

CAPÍTULO I – Disposições gerais – arts. 282 a 300	827
A prisão e as medidas cautelares.....	828
As penas previstas no nosso Código Penal	840
Prisão temporária	856
Os requisitos da cautelaridade	860
Ressalvas do Código Eleitoral.....	864
Uso de algemas	865
Prisão na hipótese de urgência	872
Prisão em outra comarca	875
Custódia	875
Perseguição material	876
Prisão especial	881
CAPÍTULO II – Da prisão em flagrante – arts. 301 a 310	891
Conceito	891
Fundamento atual	891
Fundamento anterior	892
Críticas	893

Natureza jurídica	895
Sujeito ativo. Prisão em flagrante facultativa e obrigatória	895
Sujeito passivo	896
Espécies de prisão em flagrante	898
Flagrante preparado.....	900
Flagrante protelado.....	901
Flagrante esperado.....	901
Flagrante forjado	902
Instante para a lavratura do auto.....	907
CAPÍTULO III – Da prisão preventiva – arts. 311 a 316	923
Prisão preventiva. Quem pode decretar. Quem pode requerer. Oportunidade	924
Circunstâncias que realmente justificam a prisão preventiva	930
CAPÍTULO IV – Da prisão domiciliar – arts. 317 e 318	954
CAPÍTULO V – Das outras medidas cautelares – arts. 319 a 350..	956
Quais as medidas criadas?	957
Quem pode arbitrar a fiança?	966
Inafiançabilidade	970
Conceito de fiança	973
Limites da fiança	977
Como se determina o valor da fiança?	981
Liberdade provisória sem fiança, mas vinculada, concedida ao pobre	997

**TÍTULO X
DAS CITAÇÕES E INTIMAÇÕES**

CAPÍTULO I – Das citações – arts. 351 a 369	998
Definição	998
Citação na execução	999
O citando	999
Garantia constitucional.....	1000
Efeitos da citação	1002
CAPÍTULO II – Das intimações – arts. 370 a 372	1030
Intimação. Notificação	1031

TÍTULO XI
DA APLICAÇÃO PROVISÓRIA DE INTERDIÇÕES DE
DIREITOS E MEDIDAS DE SEGURANÇA

Arts. 373 a 380	1034
-----------------------	------

TÍTULO XII
DA SENTENÇA

Arts. 381 a 393	1037
Classificação dos atos jurisdicionais segundo o órgão do qual promanam	1039
Sentença rotativa	1040
Conceito de sentença	1040
Natureza jurídica	1040
Função da sentença	1041
Estrutura lógica	1042
Requisitos da sentença	1042
Motivação ou fundamentação	1042
Parte dispositiva	1044
Parte autenticativa	1044
Causas que autorizam o Juiz a decretar a improcedência da acusação	1054
Efeitos	1057